

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2022 à 30/06/2022	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2021 à 30/06/2021	8
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	10
--------------------------	----

Notas Explicativas	13
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	23
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	25
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	26
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2022
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	820.000
Preferenciais	0
Total	820.000
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
1	Ativo Total	2.878.452	2.288.193
1.01	Ativo Circulante	2.849.098	2.270.992
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	668	520
1.01.02	Aplicações Financeiras	1.126.708	2.077.976
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	1.126.708	2.077.976
1.01.02.01.03	Aplicações Financeiras - CDB	1.126.708	2.077.976
1.01.03	Contas a Receber	454.155	18.830
1.01.03.01	Clientes	357.322	0
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	96.833	18.830
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.267.567	173.666
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.267.567	173.666
1.02	Ativo Não Circulante	29.354	17.201
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.600	1.600
1.02.01.04	Contas a Receber	1.600	1.600
1.02.01.04.03	Depósito em caução - Aluguel	1.600	1.600
1.02.03	Imobilizado	27.754	15.601
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	27.754	15.601
1.02.03.01.01	Computadores e Periféricos	46.954	31.994
1.02.03.01.02	(-)Depreciações Acumuladas	-19.200	-16.393

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
2	Passivo Total	2.878.452	2.288.193
2.01	Passivo Circulante	536.083	358.687
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	64.620	142.699
2.01.01.01	Obrigações Sociais	394	112.024
2.01.01.01.01	Dividendos a pagar	394	112.024
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	64.226	30.675
2.01.02	Fornecedores	24.579	5.731
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	24.579	5.731
2.01.03	Obrigações Fiscais	362.160	75.097
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	342.395	52.381
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	322.315	30.794
2.01.03.01.02	Impostos Retidos (IRRF,CSLL,PIS,COFINS)	15.678	16.704
2.01.03.01.03	Impostos e Contribuições s/faturamento Pis/Cofins	4.402	4.883
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	19.765	22.716
2.01.03.03.01	ISSQN a Recolher	19.765	22.716
2.01.05	Outras Obrigações	84.724	135.160
2.01.05.02	Outros	84.724	135.160
2.01.05.02.04	Outros Débitos	84.724	135.160
2.03	Patrimônio Líquido	2.342.369	1.929.506
2.03.01	Capital Social Realizado	820.000	820.000
2.03.04	Reservas de Lucros	865.522	1.109.506
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	764.233	1.008.217
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	101.289	101.289
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	656.847	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2022 à 30/06/2022	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/06/2022	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2021 à 30/06/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/06/2021
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	902.647	1.569.157	772.017	1.443.352
3.01.02	Receita de operações de securitização	998.279	1.735.201	854.473	1.597.511
3.01.03	(-)Impostos s/Vendas e Serviços	-95.632	-166.044	-82.456	-154.159
3.03	Resultado Bruto	902.647	1.569.157	772.017	1.443.352
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-821.447	-1.641.983	-462.640	-908.352
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-821.447	-1.641.983	-462.640	-908.352
3.04.02.01	Despesas Administrativas	-364.459	-754.902	-179.665	-418.553
3.04.02.02	Despesas Tributárias	-17.254	-17.438	-6.087	-11.071
3.04.02.04	Despesas com pessoal	-439.734	-869.643	-276.888	-478.728
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	81.200	-72.826	309.377	535.000
3.06	Resultado Financeiro	816.595	1.051.988	26.678	45.549
3.06.01	Receitas Financeiras	3.814.750	6.961.339	513.462	821.715
3.06.02	Despesas Financeiras	-2.998.155	-5.909.351	-486.784	-776.166
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	897.795	979.162	336.055	580.549
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-300.650	-322.315	-108.259	-190.845
3.08.01	Corrente	-300.650	-322.315	-108.259	-190.845
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	597.145	656.847	227.796	389.704
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	597.145	656.847	227.796	389.704
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,72822	0,80103	0,2778	0,47524

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Unidade)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2022 à 30/06/2022	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/06/2022	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2021 à 30/06/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/06/2021
4.01	Lucro Líquido do Período	597.145	656.847	227.796	389.704
4.03	Resultado Abrangente do Período	597.145	656.847	227.796	389.704

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/06/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/06/2021
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-580.546	418.081
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	659.654	390.794
6.01.01.02	Lucro Líquido do Exercício	656.847	389.704
6.01.01.03	Depreciações	2.807	1.090
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-1.240.200	27.287
6.01.02.01	Clientes - Serviços a receber	-357.322	-19.173
6.01.02.02	Outros valores a receber	-78.003	-1.950
6.01.02.03	Fornecedores	18.848	4.615
6.01.02.04	Obrigações trabalhistas	33.551	15.077
6.01.02.05	Outras obrigações	-50.436	617
6.01.02.08	Impostos a Recuperar	-1.093.901	-76.204
6.01.02.11	Obrigações sociais e tributárias	287.063	55.671
6.01.02.12	Debitos com patrimonio de afetação	0	48.634
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-14.960	-11.811
6.02.04	Aquisição de imobilizado	-14.960	-11.811
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-355.614	199
6.03.02	Dividendos pagos	-355.614	0
6.03.04	Pagamento de empréstimo	0	199
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-951.120	406.469
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	2.078.496	1.023.035
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.127.376	1.429.504

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 30/06/2022**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	820.000	0	1.109.506	0	0	1.929.506
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	820.000	0	1.109.506	0	0	1.929.506
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-243.984	0	0	-243.984
5.04.06	Dividendos	0	0	-243.984	0	0	-243.984
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	656.847	0	656.847
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	656.847	0	656.847
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	820.000	0	865.522	656.847	0	2.342.369

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 30/06/2021**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	820.000	0	52.878	0	0	872.878
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	820.000	0	52.878	0	0	872.878
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	389.704	0	389.704
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	389.704	0	389.704
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	820.000	0	52.878	389.704	0	1.262.582

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/06/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/06/2021
7.01	Receitas	1.735.201	1.597.512
7.01.02	Outras Receitas	1.735.201	1.597.512
7.01.02.01	Receitas de operação de securitização	1.735.201	1.597.512
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-712.875	-403.657
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-712.875	-403.657
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.022.326	1.193.855
7.04	Retenções	-2.807	-1.090
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-2.807	-1.090
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.019.519	1.192.765
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.054.053	55.848
7.06.02	Receitas Financeiras	1.053.575	48.036
7.06.03	Outros	478	7.812
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	2.073.572	1.248.613
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	2.073.572	1.248.613
7.08.01	Pessoal	733.223	420.314
7.08.01.01	Remuneração Direta	588.986	342.800
7.08.01.02	Benefícios	119.283	53.743
7.08.01.03	F.G.T.S.	24.605	23.771
7.08.01.04	Outros	349	0
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	640.759	414.491
7.08.02.01	Federais	555.402	334.487
7.08.02.02	Estaduais	85.357	0
7.08.02.03	Municipais	0	80.004
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	42.743	24.104
7.08.03.02	Aluguéis	41.156	21.617
7.08.03.03	Outras	1.587	2.487
7.08.03.03.01	Despesas bancárias	1.587	2.487
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	656.847	389.704
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	656.847	389.704

Comentário do Desempenho

COMPANHIA PROVÍNCIA DE SECURITIZAÇÃO

Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às determinações legais, submetemos a apreciação de V.Sas. as Informações Contábeis Intermediárias da Companhia Província de Securitização ("Companhia"), relativas ao trimestre findo em 30 de junho de 2022, acompanhadas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes sobre essas informações contábeis intermediárias.

A Companhia mantém um nível de endividamento e fluxo de recebíveis compatível com suas obrigações.

Até 30 de junho de 2022, a Companhia realizou a emissão e distribuição de 59 (cinquenta e nove) séries de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI), com valor total de R\$ 1.740.095.129,19 e 5 (cinco) séries de Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA), com valor total de R\$ 202.603.000,00.

Estão ativas em 30 de junho de 2022, 49 (quarenta e nove) séries de Certificados de Recebíveis Imobiliários, com valor total de R\$ 1.548.995.129,19 e 5 (cinco) séries de Certificados de Recebíveis do Agronegócio, com valor total de R\$ 202.603.000,00.

Estão ativas em 30 de junho de 2022 as seguintes séries de Certificados de Recebíveis Imobiliários:

Data da Emissão	Emissão	Série	Quantidade de CRI	Volume de Emissão CRI
03/08/2018	3	4	15.100	R\$ 15.100.000,00
04/06/2019	3	5	40.000	R\$ 40.000.000,00
08/04/2020	3	11	24.000	R\$ 24.000.000,00
12/05/2020	3	10	15.000	R\$ 15.000.000,00
28/05/2020	3	12	7.000	R\$ 7.000.000,00
20/08/2020	3	16	13.500	R\$ 13.500.000,00
21/08/2020	3	14	25.000	R\$ 25.000.000,00
21/08/2020	3	15	25.000	R\$ 25.000.000,00
04/09/2020	3	17	8.400	R\$ 8.400.000,00
22/09/2020	3	18	13.300	R\$ 13.300.000,00
28/09/2020	3	19	27.000	R\$ 27.000.000,00
13/10/2020	3	13	35.000	R\$ 35.000.000,00
15/10/2020	3	20	32.400	R\$ 32.400.000,00
15/10/2020	3	21	8.100	R\$ 8.100.000,00
23/10/2020	3	22	37.500	R\$ 37.500.000,00
23/10/2020	3	23	37.500	R\$ 37.500.000,00
23/10/2020	3	25	9.750	R\$ 9.750.000,00
17/12/2020	3	26	10.300	R\$ 10.300.000,00
22/12/2020	3	27	35.000	R\$ 35.000.000,00
22/12/2020	3	28	35.000	R\$ 35.000.000,00

Comentário do Desempenho

Data da Emissão	Emissão	Série	Quantidade de CRI	Volume de Emissão CRI
15/02/2021	3	29	32.000	R\$ 32.000.000,00
18/02/2021	3	31	15.000	R\$ 15.000.000,00
26/02/2021	3	32	6.800	R\$ 6.800.000,00
01/03/2021	3	30	18.270	R\$ 18.270.000,00
26/04/2021	3	34	30.000	R\$ 30.000.000,00
26/04/2021	3	35	51.000	R\$ 51.000.000,00
18/06/2021	3	38	27.000	R\$ 27.000.853,59
18/06/2021	3	39	3.000	R\$ 3.003.275,61
23/06/2021	3	40	45.500	R\$ 45.500.000,00
23/06/2021	3	41	56.000	R\$ 56.000.000,00
21/07/2021	3	42	14.000	R\$ 14.000.000,00
23/08/2021	3	43	30.000	R\$ 30.000.000,00
01/09/2021	3	45	101.937	R\$ 101.937.000,00
01/09/2021	3	46	25.484	R\$ 25.484.000,00
19/10/2021	3	37	6.200	R\$ 6.200.000,00
01/11/2021	3	47	80.000	R\$ 80.000.000,00
01/11/2021	3	48	10.150	R\$ 10.150.000,00
01/12/2021	3	50	90.000	R\$ 90.000.000,00
10/12/2021	3	53	28.000	R\$ 28.000.000,00
17/12/2021	3	49	45.000	R\$ 45.000.000,00
18/02/2022	3	33	75.000	R\$ 75.000.000,00
04/03/2022	3	51	25.000	R\$ 25.000.000,00
23/03/2022	3	52	85.000	R\$ 85.000.000,00
20/04/2022	3	56	10.000	R\$ 10.000.000,00
28/04/2022	3	55	6.000	R\$ 6.000.000,00
27/05/2022	5	1	30.500	R\$ 30.500.000,00
27/06/2022	10	1	80.000	R\$ 80.000.000,00
29/06/2022	8	1	35.300	R\$ 35.300.000,00
29/06/2022	9	1	33.000	R\$ 33.000.000,00

Estão ativas em 30 de junho de 2022 as seguintes séries de Certificados de Recebíveis do Agronegócio:

Data da Emissão	Emissão	Série	Quantidade de CRA	Volume de Emissão
27/09/2021	1	1	31.500	31.500.000,00
06/12/2021	2	1	100.000	100.000.000,00
29/04/2022	3	1	21.103	21.103.000,00
23/06/2023	5	1	25.000	25.000.000,00
23/06/2023	5	2	25.000	25.000.000,00

A Companhia apresentou no trimestre findo em 30 de junho de 2022 um lucro líquido de R\$ 597.145 (Lucro líquido de R\$ 227.796 no trimestre findo 30 de junho de 2021). O patrimônio líquido da Companhia em 30 de junho de 2022 é de R\$ 2.342.369 (R\$ 1.929.506 em 31 de dezembro de 2021).

Comentário do Desempenho

A Companhia permanece concentrando seus esforços, em estudos para identificar oportunidades de negócios e em prospecção no mercado imobiliário. Os recursos para garantir a sua continuidade operacional foram, a partir deste ano, providos de suas atividades como securitizadora.

Informamos que a Auditoria Externa realizou no trimestre findo em 30 de junho de 2022 exclusivamente o trabalho de revisão das informações contábeis intermediárias.

A administração permanece ao inteiro dispor dos senhores acionistas para quaisquer esclarecimentos desejados.

São Paulo, 10 de junho de 2022.

Notas Explicativas

COMPANHIA PROVÍNCIA DE SECURITIZAÇÃO NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO 2022 (Em reais)

Nota 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Província de Securitização (“Companhia”) foi constituída em 18 de outubro de 2000, e tem por objeto social: a) a aquisição e a securitização de direitos creditórios e/ou créditos hipotecários, imobiliários e do agronegócio e de créditos oriundos de operações imobiliárias; , de valores mobiliários lastreados em direitos de crédito e créditos do agronegócio, créditos imobiliários e assim compreendida a compra, venda e prestação de garantias em créditos hipotecários e , imobiliários e do agronegócio; bem como e de créditos oriundos de operações de empréstimo, de financiamento e de arrendamento mercantil contratados com bancos múltiplos, bancos comerciais, bancos de investimento, sociedades de crédito, financiamento e investimento, sociedades de crédito imobiliário, sociedades de arrendamento mercantil e companhias hipotecárias; b) a prestação de serviços referentes a operações no mercado secundário de hipotecas e de créditos oriundos de operações imobiliárias e do agronegócio; c) a emissão e colocação, de forma pública ou privada,, ano mercado financeiro e de capitais, de Certificado de Recebíveis Imobiliários (“CRIs”), e Certificados de Recebíveis do Agronegócio (“CRAs”), ou de qualquer outro título de crédito ou valores mobiliários lastreados em direitos creditórios e/ou créditos do agronegócio ou imobiliários compatível com suas atividades; e de outros títulos de crédito; d) a realização de negócios e prestação de serviços compatíveis com as atividades de securitização de direitos creditórios e/ou créditos do agronegócio e créditos imobiliários e hipotecários, incluindo, mas não se limitando, a emissões de CRI e CRA, a administração, recuperação e alienação de direitos creditórios e/ou créditos do agronegócio. e créditos imobiliários e hipotecários, bem como a realização de operações em mercados derivativos, incluindo mas não se limitando a digitação de títulos em sistema de mercado de balcão, administração, recuperação e alienação de direitos de crédito e/ou crédito s; e) a realização de operações de hedge em mercados derivados visando à cobertura de riscos na sua carteira de créditos e/ou direitos creditórios do agronegócio, imobiliários e hipotecários e f) exercer a atividade de agente fiduciário em emissão de Letra Imobiliária Garantida (LIG).

Até 30 de junho de 2022, a Companhia realizou a emissão e distribuição de 59 (cinquenta e nove) séries de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI), com valor total de R\$ 1.768.095.129,19 e 5 (cinco) séries de Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA), com valor total de R\$ 202.603.000,00.

Estão ativas em 30 de junho de 2022, 49 (quarenta e nove) séries de Certificados de Recebíveis Imobiliários, com valor total de R\$ 1.576.995.129,19 e 5 (cinco) séries de Certificados de Recebíveis do Agronegócio, com valor total de R\$ 202.603.000,00.

Conforme previsto pela Lei nº 9.514/97, as empresas securitizadoras de crédito imobiliário estão obrigadas a manter contabilidade individualizada por projeto. Desta forma, os procedimentos contábeis aplicáveis as operações de securitização de recebíveis imobiliários da Companhia nas quais tenha sido instituído regime fiduciário e que não tenham garantia da Companhia, estão adequadas as normas que tratam da divulgação de demonstrações financeiras independentes para as emissões de CRIs e implica na desvinculação completa das contas contábeis relativas a operações em questão, das demonstrações financeira da companhia. As demonstrações financeiras da Companhia passam a refletir a total independência e autonomia existentes entre o patrimônio separado e o patrimônio da companhia.

Notas Explicativas

Nota 2 - APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

(a) Base de apresentação

As informações trimestrais foram elaboradas com base na Lei nº 6.404/76, complementada pelas alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09 e nos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e deliberados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis a Companhia.

As informações trimestrais foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. Todas as informações financeiras apresentadas em reais foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As informações trimestrais para o período findo em 30 de junho de 2022 foram aprovadas pela Administração da Companhia em 10 de agosto de 2022.

Novas normas e interpretações

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das informações trimestrais da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que significa um direito de postergar a liquidação;
- Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação, e;
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação.

As alterações são válidas para os períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, o Grupo avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.

Não é esperado que essas alterações tenham impacto nas informações financeiras da Companhia.

Notas Explicativas

(b). Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das informações trimestrais de acordo com as normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e devidamente aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e utilize premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas, tanto no balanço patrimonial da Companhia, quanto nos patrimônios em separados de cada Certificado de Recebíveis Imobiliários. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação.

A Companhia está sujeita no curso normal dos nossos negócios a investigações, auditorias, processos judiciais e procedimentos administrativos em matérias cível, tributária, trabalhista, ambiental, societária e direito do consumidor, dentre outras. Dependendo do objeto das investigações, processos judiciais ou procedimentos administrativos que sejam movidas contra a Companhia poderão ser adversamente afetados, independentemente do respectivo resultado final.

Não é possível garantir que essas autoridades não autuarão a Companhia, nem que essas infrações não se converterão em processos administrativos e, posteriormente, em processos judiciais, tampouco o resultado final, tanto dos eventuais processos administrativos ou judiciais.

Nota 3 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis e os critérios de apuração utilizados na elaboração das demonstrações financeiras foram basicamente as seguintes:

a) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência dos exercícios.

As receitas compreendem substancialmente o valor presente pela prestação de serviços. A receita pela prestação de serviços é reconhecida tendo como base a execução dos serviços realizados até da data base de 30 de junho de 2022.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por depósitos bancários disponíveis, bem como aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

c) Outros ativos e passivos circulantes

Demonstrados pelos valores de custo de aquisição incluindo os rendimentos e as variações monetárias (em base *pro rata* dia) auferidos e, quando aplicável, ajustados aos valores de realização.

Os ativos são reconhecidos no balanço patrimonial quando for provável que benefícios econômicos futuros serão gerados à companhia, e o seu valor pode ser mensurado com segurança. Já o passivo deve ser reconhecido no balanço patrimonial quando a companhia tem uma obrigação oriunda de eventos passados, com probabilidades de que um recurso seja requerido para liquidação desta obrigação.

Notas Explicativas

d) Instrumentos financeiros

d.1) Classificação e mensuração

A Companhia classifica suas aplicações financeiras sob a categoria de títulos para negociação, mensuradas pelo valor justo através do resultado. A administração determinou a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial com base na finalidade para o qual os ativos financeiros foram adquiridos.

d.2) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Os ativos dessa categoria são mensurados pelo valor justo, os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no seu valor justo são registrados diretamente no resultado.

d.3) – Valor justo

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra e para aqueles sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação que incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros e a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares.

e) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda, quando aplicável, é constituída com base no lucro real (tributável) à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável que exceder a R\$ 240.000, e a provisão para contribuição social à alíquota de 9%, conforme legislação em vigor.

Impostos a recuperar são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação dos referidos impostos retidos na fonte.

f) Baixa de ativos

O tratamento contábil de transferências de ativos financeiros depende da extensão em que os riscos e benefícios relacionados aos ativos são transferidos a terceiros:

- 1) Se a Companhia transfere substancialmente todos os riscos e benefícios a terceiros – securitização de ativos na qual o cedente não retém uma dívida subordinada ou concede uma melhoria de crédito aos novos titulares – os ativos securitizados são removidos do balanço.
- 2) Se a Companhia retém substancialmente todos os riscos e benefícios associados ao ativo financeiro transferido – securitização de ativos na qual o cedente retém uma dívida subordinada ou concede uma melhoria de crédito aos novos titulares venda de ativos financeiros – os ativos securitizados não são removidos do balanço, sendo reconhecido um passivo financeiro correspondente, por um valor igual à contraprestação recebida.

g) Lucro ou prejuízo por ação

O lucro ou prejuízo por ação é apurado mediante a divisão do resultado líquido da Companhia pela quantidade média ponderada de ações existentes no período.

h) Apresentação das informações por segmentos

A Companhia atua única e exclusivamente no segmento de securitização de recebíveis imobiliários e do agronegócio, motivo pelo qual não se aplica a apresentação das informações de segmentação requeridas pelo CPC 22.

Notas Explicativas

i) Passivos contingentes

Contingências passivas são reconhecidas nas informações contábeis intermediárias quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco da perda de uma ação, com provável saída de recursos para a liquidação das obrigações em montantes mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos, quando considerados relevantes, são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão ou divulgação.

Nota 4 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	30/06/2022	31/12/2021
Bancos conta movimento	668	521
Aplicações financeiras de liquidez imediata	1.126.708	2.077.975
	1.127.376	2.078.496

Nota 5 – CLIENTES – R\$ 357.322

Os valores a receber de clientes referem ao faturamento de prestação de serviços de gestão na emissão dos Certificados de Recebíveis Imobiliários e dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio.

Nota 6 – IMPOSTOS A RECUPERAR

	30/06/2022	31/12/2021
Antecipação de IRPJ	20.260	-
Antecipação de CSLL	60.842	-
IRRF sobre serviços prestados	4.886	-
IRRF sobre aplicações financeiras	984.671	-
IRRF sobre PLR a recuperar	14.295	-
CSLL a recuperar	950	907
Saldo negativo de IRPJ	169.611	161.150
Saldo negativo de CSLL	9.938	9.494
Imposto sobre serviços a recuperar	912	913
Outros impostos a recuperar	1.202	1.202
	1.267.567	173.666

O saldo de impostos a recuperar é formado por antecipações de imposto de renda e de contribuição social no exercício que serão amortizados do valor total de impostos devidos (IRPJ e CSLL) no fim do exercício; de imposto de renda retido na fonte sobre o resgate de aplicações financeiras, e de impostos e contribuições retidos no recebimento de serviços prestados que também serão utilizados para amortização o valor dos impostos (IRPJ e CSLL) devidos no exercício; além de saldos negativos de imposto de renda e contribuição social apurados em exercícios anteriores que estão sendo utilizados para compensações de impostos devidos no exercício através de Perdcomp (pedido de compensação).

Notas Explicativas

Nota 7– OUTROS VALORES A RECEBER

	30/06/2022	31/12/2021
Valores a receber dos patrimônios separados	96.605	16.543
Tributos compensados a receber dos patrimônios separados	-	2.287
Outros	228	-
	96.833	18.830

Nota 8– PARTES RELACIONADAS

Não houve transação com partes relacionadas no trimestre findo em 30 de junho de 2022.

A Companhia não possui benefícios de longo prazo de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para o pessoal-chave da administração.

Nota 9 – IMOBILIZADO

O saldo do imobilizado é composto de:

a) Imobilizado de Uso

Imobilizado	Taxa de Depreciação Anual	Saldo 31/12/2021	Adições	Baixas	Saldo 30/06/2022
Computadores e periféricos	20%	31.994	14.960	-	46.954
Imobilizado		31.994	14.960	-	46.954

Depreciações	Taxa de Depreciação Anual	Saldo 31/12/2021	Adições	Baixas	Saldo 30/06/2022
Computadores e periféricos	20%	(16.393)	(2.807)	-	(19.200)
Depreciações		(16.393)	(2.807)	-	(19.200)
Imobilizado líquido		15.601	12.153	-	27.754

Nota 10 – OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	30/06/2022	31/12/2021
Provisão de férias e de 13º salário	24.597	3.133
INSS e FGTS sobre férias e 13º salário a recolher	8.535	1.134
INSS e FGTS sobre salários a recolher	31.094	26.408
	64.226	30.675

Notas Explicativas

Nota 11 – IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

O saldo de impostos e contribuições a recolher é assim composto:

	30/06/2022	31/12/2021
Provisão de imposto de renda	233.820	-
Provisão de contribuição social	88.495	30.794
COFINS, Pis e ISS a recolher	24.167	27.600
IRRF sobre salários	15.384	15.619
Impostos retidos no pagamento de terceiros	294	1.084
	362.160	75.097

Nota 12 – OUTRAS OBRIGAÇÕES

O saldo de outras obrigações é assim composto:

	30/06/2022	31/12/2021
Recebimentos antecipados de custos dos Patrimônios Separados	83.656	134.681
Outros credores	1.068	478
	84.724	135.159

Nota 13– IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO.

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é apurado sobre o lucro tributável à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% sobre os lucros que excederem R\$ 240 mil, no período de 12 meses, e a contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência.

As composições das despesas de imposto de renda e de contribuição social nos trimestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021 encontram-se resumidas a seguir:

	30/06/2022		30/06/2021	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes do IRPJ e CSLL	979.162	979.163	580.549	580.549
Adições/Exclusões	4.118	4.118	16.055	16.055
Resultado antes da compensação do prej fiscal, base de cálculo negativa	983.280	983.280	596.604	596.604
(-) Compensação prejuízo fiscal/Base de cálculo negativa.	-	-	-	-
Resultado tributado	983.280	983.280	596.604	596.604
Imp. de renda – Alíquota 15%	(147.492)		(89.491)	-
Imp. de renda – Alíquota 10%	(86.328)		(47.660)	-
Contribuição social – alíquota 9%		(88.495)	-	(53.694)
	(233.820)	(88.495)	(137.151)	(53.694)

Notas Explicativas

Nota 14 - PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

Os consultores jurídicos da Companhia não identificaram a existência de riscos tributários, cíveis e trabalhistas que tenham prognóstico de perda provável, ou risco tributários com risco de perda mais provável que as chances de êxito à luz do ICPC 22 – Incerteza sobre Tratamento de tributos sobre o lucro.

Nota 15 – PATRIMONIO LÍQUIDO

O capital social está representado por 820.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal e totalmente integralizadas.

Cada ação ordinária confere ao seu titular o direito de um voto nas deliberações da Assembleia Geral de Acionistas, cujas deliberações serão tomadas na legislação aplicável, do Estatuto Social e Acordos de Acionistas.

O Estatuto Social da Companhia prevê que o saldo remanescente dos resultados apurados em cada exercício, após deduzidos os prejuízos acumulados, terão a seguinte destinação: (a) 5% para a constituição de reserva legal, que não excederá 20% do capital social; (b) 10% serão distribuídos aos acionistas a título de dividendos obrigatórios e (c) o saldo ficará à disposição da Assembleia Geral.

No semestre findo em 30 de junho de 2022 foram pagos aos acionistas dividendos no montante de R\$ 355.614.

Em atendimento ao CPC 41(IAS 33) aprovado pela Deliberação CVM no. 636 - Resultado por ação, a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o lucro por ação para os trimestres findos em 30 de junho. O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico:

Lucro básico por ação	30/06/2022	30/06/2021
Numerador:		
Lucro líquido do período	597.145	227.796
Denominador		
Média ponderada do número de ações	820.000	820.000
Lucro líquido básico por ação	0,73	0,28

Nota 16 – RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A receita operacional líquida é assim composta:

	01/04/2022 a 30/06/2022	01/01/2022 a 30/06/2022	01/04/2021 a 30/06/2021	01/01/2021 a 30/06/2021
Receita de securitização	998.279	1.735.201	854.473	1.597.511
(-) Despesa com COFINS	(39.931)	(69.408)	(34.179)	(63.900)
(-) Despesa com Pis	(6.489)	(11.279)	(5.554)	(10.384)
(-) Despesa com imposto sobre serviços	(49.212)	(85.357)	(42.723)	(79.875)
TOTAIS	902.647	1.569.157	772.017	1.443.352

Notas Explicativas

Nota 17 – SALÁRIOS, ENCARGOS SOCIAIS E BENEFÍCIOS

A despesa com salários, encargos sociais e benefícios é composta das seguintes contas:

	01/04 a 30/06/2022	01/01 a 30/06/2022	01/04 a 30/06/2021	01/01 a 30/06/2021
Salários	(85.268)	(124.128)	(20.999)	(28.000)
Pró-labore	(170.070)	(340.139)	(130.620)	(261.240)
PLR	-	(91.600)	(48.116)	(48.116)
Bônus	(6.355)	(6.355)	-	-
Aviso prévio, férias e 13º salário indenizados	-	(2.150)	-	-
Provisão de férias e de 13º salário	(15.458)	(22.614)	(4.083)	(5.444)
INSS e FGTS sobre folha	(73.958)	(153.623)	(42.641)	(80.214)
INSS e FGTS sobre provisão de férias e 13º salário	(5.364)	(7.401)	(1.478)	(1.971)
Assistência médica	(51.232)	(71.632)	(18.631)	(36.508)
Programa de alimentação ao trabalhador	(29.894)	(47.126)	(10.320)	(17.235)
Seguro de vida	-	(525)	-	-
Auxílio educação	(2.000)	(2.000)	-	-
Outros	(135)	(350)	-	-
TOTAIS	(439.734)	(869.643)	(276.888)	(478.728)

Nota 18 – SERVIÇOS DE TERCEIROS

A despesa com serviços de terceiros é composta das seguintes contas:

	01/04 A 30/06/2022	01/01 A 30/06/2022	01/04 A 30/06/2021	01/01 A 30/06/2021
Contabilidade	(9.635)	(15.767)	(3.066)	(2.691)
Auditoria	(8.831)	(17.287)	(5.690)	(9.562)
Jurídicas	(15.464)	(65.898)	(2.400)	(21.983)
Assessoria e consultoria	(189.211)	(366.393)	(78.352)	(160.602)
Cetip	(3.088)	(11.975)	(7.654)	(12.740)
Custódia	-	-	-	(32.637)
Escrituração de CRI	(18.895)	(38.325)	(14.411)	(29.387)
Informática	(41.272)	(83.149)	(27.447)	(29.120)
Outros serviços de terceiros	(8.276)	(18.210)	(22.053)	(44.848)
TOTAIS	(294.672)	(617.004)	(161.073)	(343.570)

Nota 19 – RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

O resultado financeiro é composto das seguintes contas:

	01/04 A 30/06/2022	01/01 A 30/06/2022	01/04 A 30/06/2021	01/01 A 30/06/2021
Receitas de aplicações financeiras	3.809.366	6.951.431	512.563	817.564
Outras receitas financeiras	4.538	9.061	899	4.151
Juros sobre títulos	-	-	-	-
Despesa aplicação financeira - CRI	(2.996.339)	(5.906.917)	(485.792)	(773.679)
Despesas com tarifas bancárias	(970)	(1.587)	(992)	(2.487)
TOTAIS	816.595	1.051.988	26.678	45.549

Notas Explicativas

Nota 20 – INFORMAÇÕES SOBRE EMISSÃO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS E CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO

Com a publicação da Instrução CVM nº 600, datada de 1 de agosto de 2018, foram instituídas novas disposições envolvendo Certificados de Recebíveis do Agronegócio e Certificados de Recebíveis Imobiliários e alterados determinados dispositivos contidos em outras instruções normativas publicadas pela Comissão de Valores Mobiliários. Nesse contexto, destacamos o art. 34 dessa ICVM nº 600 que acrescentou à Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, o art. 25-A que, por sua vez, passou a requerer o tratamento, em se tratando de companhia securitizadora, de cada patrimônio separado como entidade que reporta informação para fins de elaboração de demonstrações financeiras individuais, desde que a companhia securitizadora não tenha que consolidá-lo em suas demonstrações conforme as regras contábeis aplicáveis a sociedades anônimas. Esse tratamento foi ratificado no art. 50 da Resolução CVM 60 que entrou em vigor a partir de 2 de maio de 2022 e que cancelou a Instrução CVM nº 600.

Em atendimento a essa disposição, a partir do período findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia deixou de fazer constar nas suas notas explicativas, as demonstrações financeiras vinculadas aos patrimônios separados por ela instituídos, passando a disponibilizá-las em sua página na rede mundial de computadores, em até 3 (três) meses após o encerramento do exercício social, o qual foi estabelecido como sendo 31 de dezembro de cada ano, para todos os patrimônios separados ativos naquela data.

Nota 21 – OUTROS ASSUNTOS

A Administração da Companhia tem acompanhado atentamente os impactos do Coronavírus nos mercados de capitais mundiais e, em especial, no mercado brasileiro. Nesse sentido, dentre os diversos riscos e incertezas aos quais a Companhia está exposta, a Administração avaliou os possíveis eventos econômicos que pudessem impactar a Companhia, tais como os relacionados as estimativas contábeis e mensuração dos seus ativos e passivos. A Administração entende que não foram observados impactos que pudessem modificar a mensuração dos seus ativos e passivos apresentados nas informações contábeis intermediárias do semestre findo em 30 de junho de 2022.

Nota 22 – EVENTOS SUBSEQUENTES

Não houve eventos subsequentes após 30 de junho de 2022 até a aprovação das informações contábeis intermediárias que requeressem ajustes ou divulgação.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Aos

Acionistas e Administradores da Companhia Província de Securitização São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Companhia Província de Securitização ("Companhia"), contidas no Formulário de Referência Trimestral (ITR) referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2022, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, para o período de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nesta data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários-CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias, incluídas nas informações trimestrais acima referidas, não foram elaboradas adequadamente, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

BDO RCS Auditores Independentes., uma empresa brasileira da sociedade simples, é membro da BDO Internacional Limited, uma companhia limitada por garantia do Reino Unido, e faz parte da rede internacional BDO de firmas-membro independentes. BDO é nome comercial para a rede BDO e cada uma das firmas da BDO.

Outros assuntos

Demonstração intermediária do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – "Demonstração do Valor Adicionado". Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Valores correspondentes

Os valores correspondentes relativos ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021, foram anteriormente auditadas por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 14 de fevereiro de 2022, sem modificação e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa do período findo em 30 de junho de 2021, apresentadas para fins de comparação, foram revisadas por outros auditores independentes, cujo relatório foi emitido 10 de agosto de 2021, sem modificação. Os valores correspondentes relativos à demonstração do valor adicionado (DVA), referentes ao período findo em 30 de junho de 2021, foram submetidos aos mesmos procedimentos de revisão por aqueles auditores independentes e, com base em sua revisão, aqueles auditores emitiram relatório reportando que não tiveram conhecimento de nenhum fato que os levassem a

acreditar que a DVA não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias.

São Paulo, 10 de agosto de 2022.

BDO RCS Auditores Independentes SS CRC 2 SP 013846/O-1

Ismael Nicomédio dos Santos Contador CRC 1 SP 263668/O-4

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Para fins do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09

Declaramos, na qualidade de diretores da Companhia Província de Securitização, sociedade por ações com sede na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, nº .550, 4º Andar , na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.200.649/0001-07, que revimos, discutimos e concordamos com as Demonstrações Financeiras relativas ao período encerrado em 30 de junho de 2022, nos termos e para fins do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009.

São Paulo, 10 de agosto de 2022.

Mônica Miuki Fujii
Diretora de Securitização e de Relação com Investidores

Letícia Viana Rufino
Diretora de Compliance e Gestão

Priscila da Rocha Ferreira
Diretora de Finanças

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Para fins do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09

Declaramos, na qualidade de diretores da Companhia Província de Securitização, sociedade por ações com sede na Avenida Engenheiro Luis Carlos Berrini, nº 550, 4º Andar, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.200.649/0001-07, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes da Companhia, relativas ao período encerrado em 30 de junho de 2022, nos termos e para fins do parágrafo 1º, do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009.

São Paulo, 10 de Agosto de 2022.

Mônica Miuki Fujii
Diretora de Securitização e de Relação com Investidores

Letícia Viana Rufino
Diretora de Compliance e Gestão

Priscila da Rocha Ferreira
Diretora de Finanças